



9824388



08011.000205/2016-43

Boletim de Serviço em 01/10/2019



Ministério da Justiça e Segurança Pública

PORTARIA SE Nº 1595, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

Altera os Anexos III e IV da Portaria nº 1.684, de 10 de novembro 2017, da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que detalha o conteúdo dos documentos essenciais do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o quinquênio 2015-2019.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XV, do art. 1º da Portaria nº 1.008, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, considerando o disposto no parágrafo único, do art. 7º, Anexo IX, da Portaria nº 86, de 29 de janeiro de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e no art. 2º da Portaria nº 521, de 15 de maio de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, **resolve**:

Art. 1º Alterar os Anexos III e IV da Portaria nº 1.684, de 10 de novembro 2017, alterada pela Portaria nº 1.155, de 28 de maio de 2019, e Portaria nº 1.307, de 05 de julho de 2019, ambas da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que passam a vigorar nos termos dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI

Secretário-Executivo Adjunto



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI**, **Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 30/09/2019, às 19:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **9824388** e o código CRC **EA3955A7**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Anexo I - Indicadores e metas estratégicos (9700004); e

Anexo II - Carteira de projetos estratégicos (9700025).

Referência: Processo nº 08011.000205/2016-43

SEI nº 9824388



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Finalidade do Indicador	Meta estratégica
1	Reduzir homicídios e outros crimes violentos	SENASP	Instalação de laboratório de DNA nas UFs que ainda não possuem	Medir a realização da equipagem dos órgãos periciais dos Estados que ainda não possuem laboratórios de DNA, visando as condições mínimas necessárias à implantação e funcionamento dos laboratórios de DNA, para a elucidação de homicídios, feminicídios e violência à mulher, bem como proporcionando a sua adesão à Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.	5 novos laboratórios até 2019
			Número de condenados com perfil genético coletado	Mensurar o cumprimento da legislação em relação ao DNA dos condenados por crimes violentos.	50% em 2019
		PRF	Vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais	Monitorar a quantidade total de mortes por acidentes de trânsito em rodovias federais.	4.759 até 2019
			Taxa de acidentes graves em rodovias federais	Monitorar a quantidade total de acidentes graves em rodovias federais em relação à frota nacional.	145,83 até 2019
			Taxa de mortalidade em rodovias federais	Apurar a eficácia e efetividade das ações da Polícia Rodoviária Federal na redução da mortes dos acidentes nas rodovias federais.	46,89 até 2019
			Quantidade de fiscalizações ostensivas em rodovias federais	Monitorar o esforço de fiscalização ostensiva nas rodovias federais no enfrentamento à criminalidade.	12.000.000 em 2019



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Finalidade do Indicador	Meta estratégica
2	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em organizações criminosas, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira	SEOPI	Quantidade de operações integradas efetivadas	Identificar a efetividade da atuação policial integrada no combate ao crime organizado com ênfase na área de fronteira e em eventos programados.	11 operações integradas efetivadas em 2019
		PF	Quantidade de operações especiais de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal	Mensurar o esforço de atuação da Polícia Federal relativo à quantidade de operações especiais de polícia judiciária deflagradas no período sob apuração. Essas operações são aquelas executadas com o emprego de uma ou mais técnicas especiais de investigação como monitoramento telemático, monitoramento telefônico, captação e interceptação ambiental de sinais, análise de material obtido através da quebra de sigilo financeiro e fiscal ou atuação conjunta com outros órgãos públicos que possuam o número dos mandados de busca e apreensão, de prisões ou de conduções coercitivas somados superior a 10 (dez) ordens judiciais na etapa de deflagração.	2015: 390 operações especiais 2016: 398 operações especiais 2017: 577 operações especiais 2018: 577 operações especiais 2019: 577 operações especiais
		SENAJUS	Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro em funcionamento	Acompanhar a implementação dos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro.	2015: 43 2016: 56 2017: 57 2018: 59 2019: 59



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Finalidade do Indicador	Meta estratégica
3	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SENAJUS	Processos de autorização de residência para fins laborais decididos	Medir a quantidade de pedidos de autorização de residência decididos, funcionando como um instrumento de acompanhamento da execução da principal atividade finalística da unidade.	80% em 2019
			Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos	Mensurar quantos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado estão sendo finalizados, ou seja, quantos pedidos estão recebendo uma resposta do Estado. É uma importante forma de mensurar a capacidade de trabalho do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE e de fornecer insumos sobre como diminuir o grande estoque de processos que aguardam decisão.	3.600 em 2019
			Processos de naturalização decididos	Monitorar o desempenho da unidade em relação à análise e decisão de processos de naturalização, buscando o aumento de sua eficiência.	70% em 2019
		AN	Acessos às bases de dados sobre o acervo	Avaliar a eficiência dos instrumentos eletrônicos de pesquisa para aperfeiçoar a recuperação de informações do acervo sob guarda da instituição.	19.000.000 de acessos até 2019
			Documentos acessados do acervo	Subsidiar o planejamento das ações de tratamento técnico e reformatação dos documentos.	4.525.000 documentos acessados até 2019
			Usuários atendidos para acesso ao acervo	Mensurar o quantitativo de usuários com vistas a adequar os serviços prestados à demanda de atendimento.	221.000 usuários atendidos até 2019
		FUNAI	Terras indígenas atendidas pela política pública de proteção territorial executada pela FUNAI	Proteger as terras indígenas (Informação de apoio: nº de TIs no país, área em hectares, distribuição das TIs por bioma, em faixa de fronteiras, taxa de desmatamento e ocorrência de outros ilícitos).	Atender 25% das terras indígenas por ano com ações de proteção territorial



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Finalidade do Indicador	Meta estratégica
4	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SENASP	Estados com sistema informatizado de boletim de ocorrência integrados ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública - SINESP	Identificar o número de bases de dados estaduais integradas ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública - SINESP, considerando os sistemas para: registro de ocorrência, termo circunstanciado de ocorrência, atendimento de ocorrências emergenciais e inquérito policial. São considerados indicadores operacionais: i) "Aceite" de uma das soluções do SINESP; ii) Assinatura de Matriz de Responsabilidade; iii) Levantamento de requisitos técnicos; iv) Implantação/Integração; v) Capacitação / Alinhamento Técnico.	27 estados com bases de dados integradas ao sistema até 2019
		SEOPI	Quantidade de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública implementados	Acompanhar a implementação de estruturas integradas de inteligência de segurança pública em âmbito nacional e regionais.	1 centro nacional e 3 regionais até 2019
5	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Alternativas ao encarceramento - Centrais Integradas de Alternativas Penais	Mensuração, orientação e monitoramento dos esforços do Governo Federal na indução de políticas públicas capazes de promover alternativas ao encarceramento, bem como demonstrar a adesão, ou não, das Unidades da Federação.	27 Unidades da Federação conveniadas com Centrais Integradas de Alternativas Penais até 2019
			Alternativas ao encarceramento - Centrais de Monitoração Eletrônica	Mensuração, orientação e monitoramento dos esforços do Governo Federal na indução de políticas públicas capazes de promover alternativas ao encarceramento, bem como demonstrar a adesão, ou não, das Unidades da Federação.	27 Unidades da Federação conveniadas com Centrais de Monitoração Eletrônica até 2019



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Finalidade do Indicador	Meta estratégica
5	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Implantação do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN nas UFs	Unificar a base de cadastro de pessoas privadas de liberdade e de dados estatísticos do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN, visando o mapeamento da realidade prisional, que possibilitará a elaboração de políticas públicas mais adequadas.	100% das pessoas privadas de liberdade cadastradas no sistema até 2019
			Oferta de atividades educacionais para as pessoas privadas de liberdade	Mensurar a oferta educacional com objetivo de elevar a escolaridade das pessoas privadas de liberdade e qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade.	75 mil vagas em atividades educacionais em 2016 90 mil vagas em atividades educacionais em 2017 100 mil vagas em atividades educacionais em 2018 105 mil vagas em atividades educacionais em 2019
			Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais	Mensurar a oferta de vagas e postos de trabalho das pessoas privadas de liberdade e qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade.	95.967 pessoas em 2016 100.000 pessoas em 2017 116.000 pessoas em 2018 150.000 pessoas em 2019
			Qualificação dos estabelecimentos prisionais federais e estaduais	Mensurar a melhoria das condições das unidades prisionais em termos de estrutura mínima e oferta de serviços penais.	70 estabelecimentos prisionais em 2015 80 estabelecimentos prisionais em 2016 90 estabelecimentos prisionais em 2017 100 estabelecimentos prisionais em 2018 120 estabelecimentos prisionais em 2019



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Finalidade do Indicador	Meta estratégica
6	Promover a gestão e a alienação do produto de crimes de tráfico de drogas	SENAD	Quantidade de ativos leiloados	Acompanhar a evolução de ativos leiloados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, de forma a contribuir na redução do passivo existente e no funding da política sobre drogas.	2.000 até 2019
			Receita arrecadada por meio da alienação de ativos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	Verificar a efetiva entrada de recursos por meio da alienação de ativos, favorecendo a sustentabilidade do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD.	R\$ 30.000.000 até 2019
7	Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	CADE	Percentual do estoque de procedimentos administrativos de combate a condutas anticompetitivas com mais de 5 anos	Aferir o aumento da celeridade das investigações de infrações contra a ordem econômica.	Manter abaixo de 20% até 2019
			Tempo médio de análise de Atos de Concentração pelo rito sumário	Aferir a eficiência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE no controle de concentrações econômicas, com foco nos processos com menor potencial ofensivo à concorrência, que podem ser instruídos por meio de rito sumário, conforme critérios estipulados pela Resolução CADE nº 2/2012.	Manter abaixo de 20 dias até 2019
		SENACON	Quantidade de demandas finalizadas na plataforma Consumidor.gov.br	Identificar o número de demandas finalizadas na plataforma Consumidor.gov.br.	Finalizar 500.000 demandas na plataforma Consumidor.gov.br até 2019 2015: 150.000 demandas finalizadas 2016: 250.000 demandas finalizadas 2017: 350.000 demandas finalizadas 2018: 380.000 demandas finalizadas 2019: 550.000 demandas finalizadas



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Finalidade do Indicador	Meta estratégica
8	Aprimorar mecanismos de gestão e de disseminação do conhecimento com foco no público externo	AN CADE DEPEN PF SENACON SENASP SENAJUS	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo	Mensurar o quantitativo de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo.	316.040 de vagas preenchidas em 2019
		AN	Percentual de órgãos e entidades integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA com grau de desenvolvimento em gestão de documentos identificado	Aplicar metodologia de diagnóstico para identificar o grau de desenvolvimento em gestão documental. O diagnóstico permitirá identificar os pontos críticos para o desenvolvimento da gestão de documentos na Administração Pública Federal, subsidiando a revisão e proposição de ações e diretrizes do Arquivo Nacional como órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA.	100% dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA com o grau de desenvolvimento em gestão documental identificado
9	Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores	SE	Percentual de implementação do Plano Anual de Capacitação	Monitorar e avaliar a execução do plano de capacitação.	Implementar, até 2019, 90% das iniciativas de capacitação previstas no Plano Anual de Capacitação. 2017: 75% 2018: 80%



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Finalidade do Indicador	Meta estratégica
10	Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	AECI	Monitorar o cumprimento da execução do Plano de Providências Permanente	Acompanhar a implementação tempestiva das recomendações exaradas pela CGU registradas no Sistema Monitor.	100%
		SE	Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura	Aferir a satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura prestados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.	78% até 2019 2017: 73% 2018: 75%
			Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais	Aferir a satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais prestados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.	90% até 2019 2017: 75% 2018: 80%
			Tempo médio de conclusão dos processos licitatórios	Monitorar o tempo médio de conclusão dos processos licitatórios.	2018: 202 dias úteis 2019: 161 dias úteis
		Execução orçamentária	Avaliar se o orçamento planejado está sendo efetivamente executado.	95% até 2019	
11	Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de TIC	SE	Percentual de disponibilidade dos serviços estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação	Avaliar se os serviços de TIC considerados estratégicos estão em operação conforme acordado, quais sejam: 1] E-mail, 2] SEI, 3] mj.gov.br, 4] Rede Local e 5] Acesso à Internet.	99% anual



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
1	Reduzir homicídios e outros crimes violentos	PF	Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Bancos Multibiométricos - ABIS Nacional	Implementar uma solução de abrangência nacional com o fim de estabelecer ações para viabilizar a unificação e padronização das informações criminais dos órgãos de segurança pública dos Estados, Distrito Federal e Polícia Federal, possibilitando maior eficiência na identificação de autoria dos delitos contribuindo para redução do alto índice de criminalidade violenta.
		SENASP	Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos	Identificar o perfil genético de todos os indivíduos previstos em lei; examinar todos os vestígios pendentes e inserir todos os perfis elegíveis nos bancos de dados; promover treinamentos nos órgãos policiais federais e estaduais para a preservação no local de crime, coleta e exame dos vestígios encontrados; e criar um sistema para melhor controle de indicadores do processo envolvido e cadeia de custódia dos vestígios analisados.
			Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB	Aumentar o indicativo de autoria nos exames de comparação balística, por meio da implantação de sistemas automatizados de análise balística.
			Em Frente Brasil	Promover um conjunto de ações multidisciplinares (segurança pública, educação, saúde, dentre outras), coordenadas e convergentes, por meio de eixos de atuação específicos e de um sistema de governança e gestão integrado, visando a redução de crimes violentos (homicídios, feminicídios, latrocínios, estupro, roubos, dentre outros) em localidades de alta concentração no país.
SEOPI	Fronteira integrada	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública; fortalecer as instituições estaduais de segurança pública, com vistas a ampliar a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços, de forma compartilhada e integrada com os órgãos federais afins; e implementar em 2019 o Escritório Piloto do Centro Integrado de Operações de Fronteira - CIOFron (Fusion Center) em sua Fase 1 que será responsável em desenvolver o projeto de implantação plena do CIOFron.		



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
1	Reduzir homicídios e outros crimes violentos	PRF	Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito	Alcançar a meta estabelecida pela Resolução ONU nº 02, de 2009, que prevê a redução de 50% nos óbitos no trânsito em 10 anos (Década de Ação Pela Segurança no Trânsito - 2011 – 2020), o que representa uma redução em mais de 18%, no período de 2019 a 2020, do número dessas mortes por meio da elaboração de uma metodologia de monitoramento da malha rodoviária e do direcionamento das atividades de policiamento e fiscalização, de ações de integração e de cooperação interinstitucional, apresentando propostas de atividades operacionais e de medidas de gestão operacional nos trechos críticos em acidentes graves nas rodovias federais; e alcançar a meta de redução de mortes estabelecida pelo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS, no período de 2018 a 2022, com a redução em 30%, no período de 2019 a 2022, da taxa de mortalidade, calculada por um milhão de veículo.
2	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em organizações criminosas, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira	GM	Serpico	Instituir mecanismo que permita ao Ministério da Justiça e Segurança Pública exercer a competência estabelecida no §1º do art. 8º do Decreto nº 9.489/2018; melhorar e padronizar os órgãos de controle interno e corregedorias nos órgãos policiais para identificação de desvios de corrupção; garantir a independência dos órgãos policiais de controle; e habilitar os órgãos para realizar sindicâncias patrimoniais e acessar informações de operações financeiras atípicas.
			Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública	Criar, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um ambiente contido no segmento tecnológico <i>Big Data Analytics</i> , com a disponibilização de plataforma para análise, curadoria, descoberta, mineração e integração de grande volume de dados, que possa atender todo o Ministério e órgãos que o integram, bem como as forças de segurança estaduais e municipais.



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
2	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em organizações criminosas, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira	SENAJUS	Reestruturação e reorganização da Rede Nacional de Laboratórios de Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB	Fortalecer e ampliar o alcance da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB.
			Cooperação jurídica internacional simplificada	Elaborar ferramenta que simplifique a elaboração de pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria penal, para que a cooperação seja intensificada e reduzido o tempo de investigações policiais e ações penais que necessitam dessa modalidade de cooperação.
			Fomento à criação e estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis	Criar e estruturar nas 27 (vinte e sete) Polícias Cíveis do Brasil unidades exclusivas de combate à corrupção.
			Regulamentação do art. 7º, §1º da Lei nº 9.613/98 - lei de lavagem de dinheiro	Regulamentar o art. 7º, §1º da Lei nº 9.613/1998, para fins de destinação dos bens, de direitos e de valores perdidos em favor da União para órgãos federais encarregados da prevenção, do combate, da ação penal e do julgamento dos crimes previstos na referida Lei.
		PRF	Alerta Brasil 3.0	Implantação do Sistema Alerta Brasil 3.0 nas Secretarias de Segurança Pública, Municípios e outros órgãos em 12 Unidades da Federação, objetivando: (a) reduzir o índice de criminalidade, principalmente, aqueles referentes a roubo e furto de veículos, a roubo de cargas, a contrabando, a descaminho, a tráfico de entorpecentes e a tráfico de pessoas nas fronteiras; e (b) aumentar a assertividade da fiscalização, visando reduzir a violência no trânsito.



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
2	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em organizações criminosas, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira	PF	Perfil Químico de Drogas - PeQui - fase II	Desenvolver e validar metodologias de análise de perfil químico de drogas de abuso apreendidas/recebidas pela Polícia Federal (com ênfase em cocaína e drogas sintéticas); implementar, na rotina do Serviço de Perícias de Laboratório de Balística - SEPLAB, as metodologias desenvolvidas e, eventual e gradativamente, também nas unidades descentralizadas; detectar modelos atuais de produção/preparação de cocaína e rendimentos de refino; iniciar estudos para determinação de origem (cocaína e drogas sintéticas); elaborar proposta técnica para implementação de banco de dados técnico-científico de perfil químico de drogas; e elaborar biblioteca de drogas sintéticas.
			Recomposição das equipes de investigação da Operação Lava Jato	Recompor as equipes de trabalho nos quatro principais núcleos de investigações que concentram desdobramentos da Operação Lava Jato: Curitiba, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.
			Delegacia modelo de investigação e análise financeira	Implantar uma “Delegacia Modelo de Investigação e Análise Financeira” no âmbito da Delegacia de Repressão a Corrupção e Crimes Financeiros da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná, que funcionará como um centro de treinamento permanente voltado para a capacitação de policiais federais e de outras forças policiais na execução de rotinas padronizadas na área de investigação e análise financeira, mediante a supervisão e o auxílio de policiais mais experientes.



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
3	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SENAJUS	Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado - SISCONARE	Possibilitar que todas as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, no Brasil, sejam processadas por meio de sistema, permitindo maior celeridade no processamento dessas solicitações. Ademais, a utilização de uma mesma plataforma por todos os agentes governamentais envolvidos permitirá ganhos em termos de eficiência e de segurança da informação. O sistema também representará melhoria do serviço prestado ao público-alvo em dois aspectos principais: facilitará na comunicação com a Administração Pública, em consonância com o processo de desburocratização que vem ocorrendo no serviço público ao longo dos anos; e permitirá que o solicitante acompanhe remotamente a evolução do seu pedido, promovendo-se, assim, maior transparência ao processo.
			Reestruturação da Estratégia Nacional de Não Judicialização - ENAJUD para Estratégia Nacional de Políticas de Justiça – ENAJUS	Reestruturar a Estratégia Nacional de Não Judicialização - ENAJUD, a qual passará a se chamar "Estratégia Nacional de Políticas de Justiça" - ENAJUS, a fim de promover a articulação interinstitucional e multidisciplinar para estimular, difundir e propor efetivas soluções de conflito, de ampliação do acesso à justiça e de proteção aos direitos e garantias fundamentais.
			Modernização da Escola Nacional de Mediação e Conciliação para Escola Nacional de Mediação, Conciliação e Soluções Administrativas e Negociadas - ENAM	Reestruturar a Escola Nacional de Mediação, Conciliação e Soluções Administrativas e Negociadas - ENAM, devido a considerável ampliação de soluções possíveis que contribuem para o descongestionamento da pauta das instituições e dos atores envolvidos no sistema de justiça, bem como que conferem maior efetividade ao sistema judicial; e construir e disseminar conhecimento sobre soluções consensuais, administrativas e negociadas (extrajudiciais e judiciais), capacitando cidadãos, membros e servidores dos Poderes Públicos.



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
4	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SEOPI	Rede de Centros Integrados de Inteligência	Implantar estruturas integradas de inteligência de segurança pública, por meio da criação de uma Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública composta por um Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Nacional - CIISP-N, em Brasília, e cinco Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública Regionais - CIISP-R, em Entes Federativos a definir. O projeto consiste no aporte de metodologia integrada de produção de conhecimento de inteligência por meio da mobilização de analistas dos Estados de cada região e da disponibilização de tecnologias necessárias ao desempenho das atividades de análise de inteligência.
			Sistema Inteligente de Consciência Situacional	Implantar sistema de inteligência voltado para a busca de dados, análise, produção de conhecimento, difusão em âmbito do subsistema de inteligência de segurança pública, produzindo alertas para a área de inteligência e operacional de acordo com o conteúdo e finalidade.
		SENASP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Públicas - SINESP Integração	Integrar dados de segurança pública através de soluções no Sistema Nacional de Informações de Segurança Públicas - SINESP (SINESP PPE - Procedimentos Policiais Eletrônico; e SINESP Integração) das 27 UFs.
			Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida	Estruturar o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida, no intuito de elaborar, implementar, apoiar, monitorar e avaliar projetos de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança dos profissionais de segurança pública e defesa social.
			SINESP big data e inteligência artificial	Implementar plataforma estruturada inovadora para integração e análise de dados e de informações de interesse para a segurança pública.



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
4	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SENASP	Estruturação do SUSP para o financiamento na modalidade de Transferência Fundo a Fundo	Fortalecimento do Gestor de Segurança Pública local, visando a estruturação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, com o financiamento de ações e de serviços de Segurança Pública na modalidade Fundo a Fundo.
			Programa Academia Nacional de Polícia	Promover, em cooperação técnica com a Academia Nacional de Polícia - ANP/PF, a capacitação de profissionais de segurança pública nas diversas áreas do conhecimento, aprimorando suas competências, habilidades e atitudes para o exercício de suas atribuições institucionais.
			Pró-Segurança	Estabelecer padrões mínimos de qualidade e de desempenho de equipamentos de segurança pública, de modo a permitir a certificação desses produtos, contemplando ensaios de acordo com requisitos técnicos, para garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos produtos utilizados pelos profissionais da área. Esses padrões estarão estabelecidos em normas técnicas que subsidiarão as aquisições públicas, levando em consideração as peculiaridades de cada região geográfica e especialização operacional. Este trabalho irá: fortalecer a coordenação, a cooperação e a colaboração dos órgãos e de instituições de segurança pública; reduzir a burocracia nas aquisições públicas; e fomentar a pesquisa e o diagnóstico em segurança pública.
			Prêmio de Excelência em Segurança Pública	Premiar boas práticas de referência na área de segurança pública em âmbito nacional, com o propósito de reconhecer, divulgar e promover a disseminação de ações concretas, desenvolvidas no ambiente de trabalho ou em sociedade, que contribuam para a melhoria da qualidade de trabalho dos profissionais, a redução dos índices de criminalidade, a preservação da vida, do patrimônio e do meio ambiente, a ampliação da sensação de segurança junto a sociedade e, sobretudo, que busque a excelência dos serviços prestados.



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
5	Aprimorar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária	Integrar todos os órgãos de inteligência penitenciária no âmbito federal e estadual, viabilizando uma estrutura ampla, configurada para a cooperação ágil e oportuno compartilhamento de informações entre os entes em todo território nacional, ampliando e melhor qualificando a atividade de Inteligência Penitenciária; estabelecer a Diretoria de Inteligência Penitenciária como Órgão Central de Inteligência Penitenciária, visando, ainda, tornar esta diretoria pilar da construção do Subsistema de Inteligência Penitenciária, incluindo-o como membro do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN; e designar verba específica do Fundo Penitenciário - FUNPEN à Inteligência Penitenciária, no intuito de padronizar protocolos e procedimentos da atividade, com ênfase na qualificação, capacitação continuada e apoio para equipamentos e tecnologias aptas ao melhor desempenho das atividades de inteligência penitenciária.
			Aprimoramento do monitoramento das visitas no Sistema Penitenciário Federal	Impedir a comunicação criminosa por meio do contato físico de presos com visitantes sem o devido monitoramento em parlatório.
			Maximização da geração de vagas em unidades prisionais	Diminuir a lotação de unidades prisionais; aumentar a execução e aperfeiçoar a aplicação e acompanhamento das obras de unidades penais, financiadas com os recursos federais, por meio de transferências voluntárias e obrigatórias; e criar vagas por meio de fomento à criação de unidades com metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC.
			Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais, desenvolvimento e implementação do <i>Building Information Modeling - BIM</i>	Desenvolver projetos padronizados para adoção em nível nacional de 6 diferentes tipos de edificação penal; desenvolver e implementar tecnologia <i>Building Information Modeling - BIM</i> nas obras prisionais; estabelecer critérios de custo de geração de vagas; e desenvolver manuais e referências técnicas.



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
5	Aprimorar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN	Implantar o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN, sistema de gestão prisional, possibilitando a formação do Cadastro Nacional dos Custodiados (banco de dados unificado), em todas as unidades prisionais do sistema brasileiro, bem como o acompanhamento de execução de penas, de prisão cautelar e de medida de segurança, visando o mapeamento da realidade prisional, o que possibilitará a elaboração de políticas públicas mais adequadas.
			Força de cooperação penitenciária	Atuar em estabelecimento penais que estão em situações precárias nas áreas de segurança e assistência, por meio das seguintes ações: i) Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, em apoio aos Governos de Estado, em caráter episódico e planejado para fortalecimento da segurança; ii) realização de ações de cidadania e de saúde, documentação pessoal básica, assistência religiosa, levantamento de demanda educacional e profissional e reorganização de fluxos de atendimentos das assistências; e iii) estabelecimento de assistência jurídica, por intermédio de força tarefa da Defensoria Pública, composta por Defensores Públicos estaduais e federais voluntários, visando promover o atendimento concentrado de pessoas presas em caráter definitivo ou provisório em Unidades Federativas específicas, adotando as medidas judiciais e administrativas cabíveis para a garantia de seus direitos.



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
6	Promover a gestão e a alienação do produto de crimes de tráfico de drogas	SENAD	Esforço concentrado para leilão de ativos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	Promover a aceleração do leilão de ativos perdidos ao Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, de forma a reduzir o estoque de ativos aguardando destinação e ampliar a arrecadação para o FUNAD.
			Agência de Gestão de Ativos	Desenvolver e melhorar os processos de gestão de ativos apreendidos e confiscados no país, por meio do estabelecimento de normas de boa governança e transparência administrativa que permitam: i) obter o maior benefício de tais bens, seguindo os princípios constitucionais, como a função social da propriedade; ii) evitar atos de corrupção e desvio na utilização e disposição de tais bens; e iii) contribuir com o financiamento de ações de segurança pública.
7	Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	SENACON	Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização	Reduzir os litígios judicializados por meio do uso da plataforma Consumidor.gov.br e aperfeiçoar métodos auto compositivos.
			Disponibilização do sistema Recall.gov.br	Promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de recall (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam a correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com implementação do Sistema Recall.gov.br. Busca-se reduzir a burocracia e tornar intuitivos o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
			Modernização da gestão do Fundo de Direitos Difusos - FDD e da gestão das transferências voluntárias da Secretaria Nacional do Consumidor	Tornar mais claros, objetivos e inteligíveis os critérios de seleção de novos projetos para o Fundo de Direitos Difusos - FDD e aprimorar a fiscalização das transferências voluntárias, pela Secretaria Nacional do Consumidor, especialmente quanto ao uso de recursos públicos tanto nos projetos em curso quanto nos novos, tudo a fim de empregar com eficácia os recursos públicos.



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
7	Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	CADE	Programa Cade Digital	Aprimorar os mecanismos de gestão da informação e do conhecimento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
			Ampliação e disseminação da ferramenta Cérebro no combate a crimes contra concorrência em licitações	Aumentar a efetividade do combate a ilícitos concorrenciais em licitações públicas.
8	Aprimorar mecanismos de gestão e de disseminação do conhecimento com foco no público externo	AN	Desenvolvimento e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA da Administração Pública Federal	Fortalecer o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal - SIGA e sua atuação como sistema estruturador das atividades de gestão de documentos de arquivo da Administração Pública Federal.
			Fortalecimento do Arquivo Nacional digital - arquivo permanente digital	Fortalecer o papel do Arquivo Nacional como entidade custodiadora nacional, permitindo exercer o protagonismo no recolhimento da documentação digital, especialmente a documentação permanente da Administração Pública Federal; e aprimorar a preservação digital e o acesso aos documentos do Arquivo Nacional - AN digital.

#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
10	Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	AECI	Implantação do processo de gestão de riscos no Ministério da Justiça e Segurança Pública	Assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização; aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico do MJSP, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.
			Implantação do Programa de Integridade no Ministério da Justiça e Segurança Pública	Estabelecer a estratégia a ser implementadas pelas unidades e pelas entidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública para prevenir, detectar e remediar riscos para a integridade, em atenção ao Decreto nº 9.203/2017 e Portaria CGU nº 1.089/2018.
		GM	Fortalecimento da Ouvidoria-Geral	Aperfeiçoar a gestão da Ouvidoria-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública, priorizando a atuação em rede, com a implementação de novos processos de trabalho, observando os normativos, as orientações de órgãos de controle e as boas práticas de gestão.
		SE	Revisão e padronização do processo de contratações públicas	Revisar e padronizar o processo "Gerir contratações públicas", que engloba as fases de planejamento, seleção do fornecedor e execução e fiscalização contratual, implantando metodologia revisada e sistema informatizado para o acompanhamento e o controle do processo no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.



#	Objetivo Estratégico	Unidade	Nome do Projeto	Objetivo do Projeto
10	Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	SE	Reforma e restauro do Palácio da Justiça Raymundo Faoro e edifícios anexos	Restaurar e reformar os edifícios do Ministério da Justiça e Segurança Pública na Esplanada dos Ministérios, promovendo a devida salvaguarda dos bens imóveis tombados e a atualização da infraestrutura predial aos normativos vigentes e às necessidades atuais e futuras do órgão.
			Desburocratização	Aumentar a eficiência e a efetividade na execução das competências atribuídas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, gerando maior valor para a sociedade e aos usuários dos serviços públicos prestados pelo órgão.
			Carteira de políticas públicas	Elaborar a carteira de políticas públicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública e instituir o processo para a sua gestão de forma a promover a tomada de decisão baseada em evidências, contribuindo para a melhoria da qualidade do gasto, racionalização da alocação de recursos públicos, ouvindo a sociedade e difundindo a cultura da transparência.
11	Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de TIC	PF	ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária	Desenvolver e implantar um sistema de inquérito eletrônico de âmbito nacional que esteja apto a se integrar com os sistemas do Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos parceiros.
			Sistema de Controle de Armas e Munições - SINARM 2	Desenvolver e implantar o novo Sistema de Controle de Armas e Munições - SINARM com informatização dos processos de aquisição, de registro e de porte de arma de fogo e adequação às novas regras legais.